

mais prazo aos credores

prorrogação do acordo com os bancos credores até o fim do ano, para regularizar as contas.

Dornelles pede

O ministro da Fazenda disse ontem que vai propor a

O ESTADO DE S. PAULO — Sexta-feira, 16-8-85

O Brasil irá propor a prorrogação do acordo com os bancos credores — que vence no próximo dia 31 — por um período máximo de 180 dias e mínimo de 120 dias, o que seria suficiente para o País fechar o ano com suas contas regularizadas. Isso foi o que o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, comunicou ontem aos integrantes do Conselho Monetário Nacional, segundo relato do secretário-geral do ministério, Sebastião Marcos Vital.

O atual acordo é o da chamada fase 2, na qual o Brasil paga religiosamente os juros, mas não paga nenhuma parcela de amortização. Caso se consiga mais uma prorrogação, será a terceira, uma vez que este processo se vem estendendo desde que o FMI e os bancos interromperam as negociações com o País, no final do ano passado. Na avaliação de Vital, o Brasil deverá pedir o prazo máximo nesta nova prorrogação (180 dias), mas acentuou que a prorrogação por 120 coincidiria com o último mês do ano, e já resolveria o problema de fechamento das contas.

O Brasil não pode abrir mão das linhas de crédito de curto prazo (US\$ 16,5 bilhões) que vencem no dia 31 deste mês, porque estes recursos representam o capital de giro do País. Para concretizar, pela terceira vez, a renovação destas linhas de financiamento (comercial e interbancário) o presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber, e o diretor da Área Externa, Carlos Eduardo de Freitas, embarcam domingo à noite para Nova York, onde permanecerão três dias para conversar com os banqueiros. No final do mês, será a vez de Dornelles viajar. Ele irá a Washington, onde explicará a posição brasileira ao diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, informando-o de que o Brasil não promoverá mais cortes em suas despesas deste ano, "sob pena de produzir recessão".

Entretanto, nas conversas entre Lemgruber e os banqueiros, em Nova York, o principal tema será o tempo em que os recursos de curto prazo ficarão à disposição do Brasil. Existe a impressão, tanto entre os técnicos brasileiros como entre os banqueiros, de que o prazo de 90 dias, acertado nas outras duas pror-

rogações, poderá ser curto, se for levada em consideração a forma como está sendo conduzida a negociação com o FMI.

Mas, segundo Lemgruber, alguns banqueiros estão com muitas dúvidas para concretizar esta prorrogação por um prazo maior do que 90 dias, exatamente pela falta de um acordo com o FMI, que dá maior tranquilidade ao processo, pois os bancos sabem que poderão contar com informações reais. Então a solução para o problema, já que o Brasil não pode abrir mão destes recursos, é o FMI dar um "sinal verde" para os bancos credores de que o acordo com o Brasil será fechado, mais cedo ou mais tarde.

Para acertar este consentimento do Fundo, que seria dado através de um telex, embarcam para Washington, no próximo dia 28, o assessor do presidente Sarney, Luiz Paulo Rosemberg e o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Eles pretendem apresentar os últimos números da economia do País e todas as tentativas que estão sendo feitas para pelo menos chegar perto do que deseja o FMI: um superávit operacional de no mínimo 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

No encontro com Jacques de Larosière, o ministro Francisco Dornelles espera reiniciar formalmente as negociações com o Fundo, para que no próximo ano seja possível fechar o acordo que permite a renegociação das amortizações da dívida de longo prazo que vencem de 1985 a 1991, no montante de US\$ 51 bilhões, para um período de 16 anos. Mas não existe nenhuma previsão de ser fechado ainda neste ano um acordo temporário, exatamente para preservar as linhas de curto prazo. O que está sendo solicitado e vai ser discutido pelo ministro Francisco Dornelles é o envio de um telex, onde o FMI fará comentários sobre o desempenho da economia brasileira.

Luiz Paulo Rosemberg informou, também, que o governo já trabalha com a hipótese de o déficit público neste ano atingir Cr\$ 60 trilhões (já incluídos os cortes). A meta original do presidente Sarney era conseguir que este déficit não passasse de Cr\$ 54 trilhões.